

Dois caminhos de integração social: uma análise extensiva e comparativa das trajectórias socioprofissionais de caboverdianos e indianos hindus em Portugal

Fernando Luís Machado (CIES/ISCTE)
Maria Abranches (CIES/ISCTE)

1. Imigração, mobilidade social, integração

Em Portugal, há algumas populações de origem imigrante que se encontram já numa fase relativamente adiantada do ciclo migratório, tendo quinze, vinte ou mais anos de residência no país, o que corresponde a um patamar de sedentarização alargada.

Que tipo de trajectórias sociais percorreram essas populações na sociedade portuguesa? A condição socioprofissional desses imigrantes é hoje semelhante à que tinham quando chegaram ou alterou-se à medida que se prolongou o tempo de residência? Mais especificamente, esses imigrantes conheceram processos de mobilidade

social ascendente ou, pelo contrário, continuam enredados nos segmentos mais precários e desqualificados do mercado de trabalho?

A resposta a estas questões é importante não só do ponto de vista das modalidades de incorporação de populações imigrantes nas economias dos países de destino. Mais do que isso, essa resposta fornece-nos indicações privilegiadas sobre os processos de integração ou exclusão de populações migrantes nas sociedades de acolhimento.

Os processos de integração ou exclusão social de imigrantes podem ser conceptualizados em termos dos respectivos contrastes e continuidades face à população da sociedade receptora em que estão fixados (Machado, 2002a). Uma dimensão-chave desses contrastes ou continuidades é justamente a das condições e trajetórias socioprofissionais. Se a inserção duradoura nos sectores mais precários do mercado de trabalho representa contraste e vulnerabilidade à exclusão ou mesmo exclusão, os trajectos de mobilidade ascendente, conduzindo à diferenciação vertical dos imigrantes segundo uma configuração idêntica à da população receptora, representam continuidade e integração.

Se, nos primeiros anos de estadia, é comum e menos problemático que imigrantes laborais se posicionem massivamente nos segmentos desprivilegiados da economia, já a sua permanência nesses segmentos numa fase adiantada do ciclo migratório, quando se tem atrás de si um percurso profissional de vinte ou mais anos, é indício claro de bloqueamento nos processos de integração. Poderá mesmo falar-se, em certas circunstâncias, de situações de exclusão social consolidadas e de reprodução virtual dessas situações na geração seguinte.

Dispomos já hoje, em Portugal, de um conjunto razoável de estudos sobre composição social de populações imigrantes, com atenção particular às suas modalidades de participação no mercado de trabalho. Trabalhos desse tipo têm sido feitos, desde há muitos anos, sobre imigração em geral (Saint-Maurice e Pires, 1989; Esteves, 1991; Costa e Pimenta, 1991; Perista e Pimenta, 1993; Luvumba, 1997; Bastos e Bastos, 1999; Pires, 1999, 2002, 2003; Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002), sobre a imigração caboverdiana (Amaro 1985, 1986; França e outros, 1992; Saint-Maurice, 1997; Gomes, 1999), guineense (Machado, *op. cit.*), brasileira (Casa do Brasil, 2004), indiana (Malheiros, 1996). Dispomos igualmente de estudos centrados especificamente sobre o

tema dos imigrantes no mercado de trabalho (Ávila e Alves, 1993; Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999; Marques, Oliveira e Dias, 2002; Peixoto, 2002)

Nenhum desses estudos, no entanto, se debruçou especificamente sobre as trajetórias socioprofissionais de imigrantes e, por essa via, sobre as suas dinâmicas de mobilidade social. A questão da mobilidade não deixa de ser colocada expressamente em alguns deles (Perista e Pimenta, 1993) ou até discutida de forma alargada (Machado, 2002a, 2002b), mas sem informação empírica ampla. Num caso particular, há informação empírica abundante, mas ela é apresentada em bruto, apenas superficialmente analisada (Gomes, op. cit.: 97-99). Por seu lado, os estudos extensivos sobre mobilidade social e trajetórias de classe da população em geral, que também não são abundantes (Almeida, Costa e Machado, 1994; Estanque e Mendes, 1997; Machado e Costa, 1998) não incluíram, que se saiba, inquiridos imigrantes ou de origem imigrante, e se o fizeram foi de forma residual.

Diga-se, de resto, que a falta de informação sobre trajetórias sociais de imigrantes é devida não só à inexistência de quem as estude, mas também à inexistência, até há alguns anos atrás, do que estudar. Com efeito, tendo em conta os calendários de chegada das diferentes populações imigrantes estabelecidas em Portugal, só nesta fase começamos a ter segmentos significativos dessas populações com tempos de residência suficientemente longos para que o estudo da mobilidade social faça sentido.

No plano internacional, as numerosas investigações de Alejandro Portes e de outros sociólogos que com ele têm trabalhado, na óptica da chamada sociologia económica das migrações, fornecem um quadro de referência, teórico e empírico, amplo e muito rico.

Portes (1999) tipifica quatro modalidades principais de incorporação de imigrantes nos mercados de trabalho das sociedades receptoras: mercado de trabalho primário, mercado de trabalho secundário, enclaves étnicos e minorias intermédias. Cada uma destas modalidades distingue-se das outras em várias dimensões, como sejam, o volume e o nível de concentração espacial de cada população em particular, a composição de classe na origem e no presente, a diversificação institucional interna e o grau de preservação da cultura étnica.

Uma dimensão que merece destaque particular, neste contexto, é a das “oportunidades de mobilidade”. Se no caso dos imigrantes no mercado de trabalho primário e em situação de enclave, as oportunidades são elevadas, ainda que por via formal no primeiro caso e por via de “meios étnicos informais” no segundo, os imigrantes no mercado de trabalho secundário têm fracas oportunidades de mobilidade e os das minorias intermediárias oportunidades médias (Portes, *op. cit.*: 58-63).

É justamente de trajectórias socioprofissionais de dois grupos de imigrantes – caboverdianos e indianos hindus – que trata este texto. Os dados que apresentamos resultam de um estudo empírico extensivo em curso no âmbito do projecto internacional LIMITS¹, que toma como objecto as trajectórias sociais, colectivas e individuais, de populações imigrantes de origens diversas em cidades de seis países da União Europeia (Viena, Amsterdão, Bielefeld, Uppsala, Leicester e Lisboa).

A metodologia adoptada é a da reconstituição fina das biografias sociais de imigrantes, com 35 ou mais anos de idade e com um mínimo de 15 anos de residência nos países de acolhimento, começando pelo plano especificamente migratório e alargando-se a aspectos residenciais, familiares, profissionais e de integração social. O instrumento de pesquisa é um inquérito por questionário muito detalhado, cuja aplicação decorreu entre Março e Setembro de 2004 a uma amostra de 600 inquiridos, 300 caboverdianos e 300 hindus residentes na Área Metropolitana de Lisboa.²

Os dados que de seguida se apresentam dizem respeito apenas a uma parte da amostra (220 caboverdianos e 133 hindus)³ e reconstituem trajectórias socioprofissionais de uns e outros tomando como referência quatro momentos: os dois últimos anos antes da vinda para Portugal; um ano após a chegada; o ano de meio percurso; e o ano de aplicação do inquérito, 2004.

Para cada um desses momentos, comparam-se condições perante o trabalho, ramos de actividade e categorias profissionais. Trata-se, portanto, de observar processos de mobilidade estrutural através da comparação de um mesmo conjunto de indicadores

¹ *Immigrants and Ethnic Minorities in European Cities: Life-Courses and Quality of Life in a World of Limitations*, projecto coordenado pelo Centre for Social Innovation de Viena.

² No caso caboverdiano, optou-se por uma amostra estratificada segundo critérios de sexo, idade, concelho de residência e classe social. No caso hindu, porque não há informação estatística que permita conhecer, mesmo que genericamente, as características do universo, optou-se por um processo de amostragem em “bola de neve”.

³ Eram esses os inquéritos disponíveis no momento em que esta comunicação foi preparada.

em quatro momentos da trajectória colectiva de uma população. Num segundo momento de análise empírica, já mais na óptica da mobilidade social do que da mobilidade estrutural, serão estudadas trajectórias individuais usando esses mesmos indicadores.

Vale a pena lembrar, para fechar este enquadramento, que as duas populações aqui em causa têm perfis bastante diferentes, a vários níveis, dos quais se pode destacar o estatuto jurídico, o calendário migratório e o modo de incorporação no mercado de trabalho.

Em termos de estatuto jurídico, os hindus são, na sua grande maioria, detentores de nacionalidade portuguesa, o que já não acontece com os caboverdianos, embora seja crescente o número daqueles que acederam entretanto à cidadania nacional; no que respeita ao calendário migratório, o dos hindus é mais concentrado no tempo, com grande parte deles a chegarem a Portugal, vindos de Moçambique, na primeira metade dos anos 80 do século passado, enquanto os imigrantes laborais caboverdianos começam a chegar ainda nos anos 60 e com maior intensidade a partir de 1974; no que toca às modalidades de inserção no mercado de trabalho, os primeiros têm um perfil dominante de trabalho assalariado pouco qualificado e os segundos estão massivamente em regime de trabalho independente no sector do comércio⁴.

2. Recomposições na condição perante o trabalho

Mas como é que esses perfis socioprofissionais evoluíram ao longo do percurso migratório? São hoje mais acentuados do que no início da estadia ou houve alguma diferenciação? E que alterações e continuidades se verificaram entre o período pré-migração e o período pós-migração? Vejamos as distribuições de cada um dos indicadores seleccionados – condição perante o trabalho, ramo de actividade e categoria profissional – nos quatro momentos em questão.

Observando o Quadro 1, respeitante à condição perante o trabalho, podemos ver que há alterações notórias, mas também continuidades significativas, ao longo de todo o trajecto, desde logo quando se compara o antes e o depois da migração. A inclusão na

⁴ Para uma visão de conjunto sobre os perfis das duas populações, que integra e sintetiza resultados de muitos estudos anteriores, ver Bastos e Bastos (1999).

análise de um tempo de referência anterior à chegada a Portugal é, note-se, especialmente importante. Ela permite pôr em prática, ainda que de forma apenas indicativa, a estratégia metodológica adequada, embora não muito praticada, de tomar os imigrantes por referência tanto à sociedade de chegada como à sociedade de partida, obtendo desse modo uma visão mais abrangente do que está em causa nos processos migratórios.

No caso caboverdiano, a experiência anterior de trabalho assalariado era já a mais comum e continua a sê-lo após a chegada. Já o trabalho por conta própria, que tinha alguma expressão, praticamente deixa de existir. No caso hindu, é justamente ao nível do trabalho por conta própria, com ou sem empregados, que se verifica uma continuidade forte. As percentagens dos que se encontravam no conjunto destas duas condições perante o trabalho são quase iguais, embora com uma distribuição interna inversa, com os trabalhadores por conta própria (sem empregados) a aumentarem e os patrões a diminuir. Por seu lado, o número de mulheres domésticas diminui nos dois casos, embora menos do lado hindu, o mesmo acontecendo com os estudantes, sendo de registar, também, o facto de alguns caboverdianos estarem desempregados no seu país antes de virem para Portugal, o que não aconteceu com nenhum dos hindus desta amostra.

Quadro 1 Condição perante o trabalho em 4 momentos da trajetória social (%)

	Dois últimos anos antes da vinda	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
<i>CABOVERDIANOS</i>				
Trabalhador a tempo inteiro	42,9 (76,5)	38,0 (53,2)	53,0 (59,3)	36,4 (54,8)
Trabalhador a tempo parcial	1,1 (2,1)	5,9 (8,2)	7,4 (8,2)	4,1 (6,2)
Trabalhador precário	-- (--)	26,2 (36,7)	21,7 (24,2)	16,4 (24,7)
Trabalhador por conta própria	12,0 (21,4)	0,9 (1,3)	3,7 (4,1)	5,0 (7,5)
Patrão	-- (--)	0,5 (0,6)	3,7 (4,1)	4,5 (6,8)
Desempregado	6,3	--	--	7,7
Tarefas domésticas	14,9	10,4	6,0	8,6
Estudante	14,3	13,6	0,5	--
Reformado	--	--	1,8	10,9
Doença	--	0,5	0,9	5,5
Outra situação	8,6	4,2	1,4	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>HINDUS</i>				
Trabalhador a tempo inteiro	26,3 (41,7)	22,0 (33,7)	21,4 (28,0)	13,6 (18,8)
Trabalhador a tempo parcial	4,4 (6,9)	3,0 (4,7)	0,8 (1,0)	2,3 (3,1)

Trabalhador precário	-- (--)	4,5 (7,0)	2,3 (3,0)	4,5 (6,3)
Trabalhador por conta própria	11,4 (18,1)	24,2 (37,2)	25,2 (33,0)	23,5 (32,3)
Patrão	21,1 (33,3)	11,4 (17,4)	26,7 (35,0)	28,8 (39,6)
Desempregado	--	--	--	6,1
Tarefas domésticas	25,4	24,2	19,8	16,7
Estudante	11,4	6,1	0,8	--
Reformado	--	--	0,8	2,3
Doença	--	0,8	0,8	0,8
Outra situação	--	3,8	1,5	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004

(Entre parênteses, as percentagens calculadas apenas sobre o total dos activos com profissão)

Como se podem entender estas recomposições parciais na condição perante o trabalho entre estes dois primeiros momentos dos trajectos migratórios?

No caso dos indianos hindus, como já foi demonstrado por outros trabalhos (Ávila e Alves, 1993; Malheiros, 1996), a prevalência de um regime de trabalho independente ou de pequeno patronato de base familiar é uma realidade plurigeracional historicamente consolidada, que remonta ao período em que os seus ascendentes (pais ou avós) foram da Índia para Moçambique ou mesmo a uma fase anterior.

A vinda para Portugal correspondeu, assim, a mais uma transposição espacial dessa experiência de longa duração. Sem que tenha aumentado a fracção dos trabalhadores por conta de outrem, alguns dos que antes eram patrões passaram, no entanto, nesse momento, dado um novo contexto económico em que o início de actividade empresarial representava exigências acrescidas, à condição de trabalhadores por conta própria.

Já do lado dos caboverdianos, o reforço do assalariamento, nomeadamente na modalidade do trabalho precário, isto é, trabalho sem contrato na construção civil ou no serviço doméstico, corresponde às características dos segmentos económicos disponíveis para absorção imediata de imigrantes com fracas possibilidades de mercado, seja em termos de qualificações seja em termos de capitais económicos.

Os que antes eram trabalhadores por conta própria eram-no essencialmente no sector agrícola, incapaz de proporcionar qualquer acumulação de recursos numa economia globalmente pobre, onde a agricultura se cinge a um regime mínimo da

subsistência. A fragilidade do contexto económico de origem explicará também a circunstância de haver desempregados entre os que então vieram para Portugal.

Por sua vez, a diminuição das percentagens de mulheres domésticas, mais do lado caboverdiano, e de estudantes, mais do lado hindu, entende-se à luz de uma migração orientada por motivações laborais e económicas. Veja-se, também a esta luz, a fraca expressão quantitativa do trabalho a tempo parcial.

Entre a primeira fase da estadia em Portugal e o tempo presente, passando pelo ano correspondente ao meio percurso, a configuração geral das condições perante o trabalho das duas populações alterou-se consideravelmente, sem que tenha deixado de haver, contudo, linhas de continuidade.

Quanto aos economicamente activos, acentua-se o que de início já diferenciava caboverdianos e hindus. Enquanto os caboverdianos se mantêm num regime geral de assalariamento, embora com recomposições internas importantes, que comentaremos adiante, os hindus reforçam progressivamente o seu estatuto de trabalhadores independentes, com ou sem empregados. Assim, temos, em 2004, que 76% dos caboverdianos são trabalhadores por conta de outrem e que 73% dos hindus são patrões ou trabalhadores por conta própria. Não deixam de merecer menção, ainda assim, os 14% de caboverdianos que “escaparam” ao assalariamento, uma vez que no princípio da estadia no país os que tinham essa situação na profissão não chegavam aos 2%.

O trajecto colectivo dos hindus, bem como o dessa minoria de caboverdianos que se liberta do assalariamento em segmentos desqualificados do mercado de trabalho, pode ser visto como mais uma confirmação de que a estrutura de classes em Portugal é relativamente permeável no que toca ao acesso à pequena propriedade, facto anteriormente revelado em estudos nacionais sobre classes e mobilidade social (Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Estanque e Mendes, 1998).

É claro que, no caso hindu, a larga escala em que esse acesso se dá não pode ser explicada apenas por características da estrutura social portuguesa. Jogam-se aí, decisivamente, factores endógenos, nomeadamente os capitais económico e profissional transportados com a migração de Moçambique para Portugal, multiplicados pelo capital social resultante de uma rede densa de contactos e solidariedades intragrupo. Nos termos da tipologia dos modos de incorporação económica de imigrantes elaborada por Portes,

os hindus estão muito próximos do que ele designa por minoria intermediária – uma minoria essencialmente comercial, preenchendo nichos de mercado pouco apetecíveis pela classe proprietária autóctone e proporcionando aos seus membros “oportunidades médias” de mobilidade social (Portes, *op. cit.*).

Quanto à permanência dos caboverdianos numa situação generalizada de assalariamento, ela não significa, como se disse, que, sob esse regime comum, não aconteçam alterações importantes. Entre o período inicial de vida em Portugal e o ponto correspondente a meio percurso, prolongando-se depois até ao presente, dá-se uma redução sensível da percentagem de trabalhadores precários. Tendo em conta a fragilidade dessa modalidade específica de participação no mercado de trabalho, a começar pela inexistência de contrato, tal redução não deixará de se reflectir positivamente na condição social dos envolvidos. O reverso desta medalha é o facto de, após um tempo de estadia longo – recorde-se que os inquiridos têm, no mínimo, 15 anos de residência em Portugal, e alguns bastante mais do que isso –, um quarto dos caboverdianos com profissão continuar nessa situação de precariedade laboral.

Completando a análise do trajecto colectivo da população economicamente activa, uma nota sobre os desempregados. Se nos dois primeiros momentos do percurso em Portugal não há registo de desempregados, eles aparecem, tanto caboverdianos como hindus, em 2004. A conjuntura actual de desemprego elevado atinge, como se vê, as duas populações, quase em igual medida, o que não deixa de surpreender um pouco no que toca aos hindus. Dir-se-ia que a sua posição de minoria intermediária tenderia a deixar os seus membros menos vulneráveis ao desemprego do que os de uma população muito dependente do trabalho por conta de outrem.

No que respeita aos não activos, as mudanças são notórias. Desaparecem os estudantes, reduz-se, especialmente entre os caboverdianos, a percentagem de domésticas e surgem, ainda do lado caboverdiano, reformados e pessoas incapacitadas para o trabalho por motivos de doença.

O caso dos estudantes é fácil de explicar. Trata-se daqueles que chegaram na juventude ou ainda na infância, que no primeiro momento de estadia em Portugal estavam ainda a frequentar o sistema de ensino e que, entretanto, transitaram para a população activa. Recorde-se que estão aqui em análise, apenas, inquiridos com 35 ou

mais anos de idade e não os seus descendentes, entre os quais a população estudantil é obviamente numerosa.

No que se refere às domésticas, a redução do seu peso relativo é esperável no contexto de uma migração com motivações económicas e laborais. Para muitas mulheres, a mudança para um novo país é também uma mudança para uma nova condição perante o trabalho, com a transição do grupo dos economicamente inactivos para o dos economicamente activos.

O facto de a percentagem de domésticas hindus continuar a ser relativamente alta, em 2004, bem acima da que se verifica nos caboverdianos e da que se conhece para outras populações imigrantes, não significa que estejamos propriamente perante uma excepção. Com efeito, não se trata neste caso de domésticas “puras”, que ficam em casa enquanto os respectivos cônjuges vão trabalhar, mas de mulheres que participam de forma mais ou menos directa na gestão de pequenas empresas de base familiar. De resto, algumas das mulheres hindus que declararam ter como condição perante o trabalho as “tarefas domésticas” foram inquiridas no próprio estabelecimento comercial da família, onde afirmaram estar a maior parte do tempo.

Ainda quanto às domésticas, não é de excluir que a auto-declaração como tal corresponda, em alguns casos, a situações de desemprego oculto, tendo em conta o que atrás se disse sobre os desempregados. Isso explicaria por que razão a percentagem de domésticas entre os caboverdianos é inesperadamente maior em 2004 do que no ponto de meio percurso e aplicar-se-ia eventualmente também a algumas mulheres hindus.

O aparecimento, em 2004, de um sector de reformados, ainda poucos entre os hindus, mas já em percentagem significativa nos caboverdianos, demonstra, finalmente, que estamos perante populações com um tempo de residência suficientemente longo para que alguns dos seus membros tenham completado o ciclo próprio de uma migração económica. Do mesmo modo podem interpretar-se os casos de caboverdianos que se declararam incapacitados para o trabalho por motivos de doença, situações em que se associam factores de idade avançada e de desgaste físico provocado pelo desempenho duradouro de actividades profissionais pesadas. A formação de uma nova categoria de imigrantes reformados, com problemas de saúde e baixas reformas, categoria que não

pode senão crescer, uma vez que muitos, como se vê, não regressam aos países de origem, marcará fortemente o futuro da imigração a médio prazo.

3. Recomposições nos ramos de actividade

Um indicador privilegiado para responder às questões que este texto se colocou de início, relativas ao tipo de trajectórias sociais percorridas por caboverdianos e hindus, é o do ramo de actividade económica em que estão inseridos os profissionalmente activos. No Quadro 2 podemos ver como se distribuíam uns e outros pelos vários ramos em cada um dos quatro momentos de referência aqui considerados.

Tal como já havia sido revelado pela análise das condições perante o trabalho, verifica-se também agora que há alterações e continuidades, quer na transição do pré para o pós-migração quer no prosseguimento da estadia em Portugal. Se é verdade que as migrações são sempre fenómenos de mudança nas sociedades de partida e chegada e na vida dos próprios migrantes, é igualmente verdade que elas não se fazem só de mudanças.

A vinda para Portugal representou para os caboverdianos uma total modificação da experiência profissional anterior em três casos bem visíveis: o dos que trabalhavam na agricultura e pesca, o que praticamente deixa de se verificar; o dos que trabalhavam na administração pública, saúde e ensino, o que, um ano após a chegada, só continua a ser verdade para uma pequena minoria; e o das mulheres em serviços domésticos, algo que só acontecia residualmente no país de origem e que passa a ser uma das situações mais frequentes após a migração.

Já a inserção no ramo do comércio, hotelaria e serviços é um caso de continuidade, o mesmo podendo dizer-se, em parte, e este é um dado menos conhecido, da participação no ramo da construção civil. Com efeito, embora essa participação aumente consideravelmente logo após a chegada, para muitos homens caboverdianos ela estava longe de ser uma realidade desconhecida no seu país.

Quadro 2 Ramos de actividade económica em 4 momentos da trajectória social (%)

	Dois últimos anos antes da vinda	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
--	---	-----------------------------	-------------------------------	------------

<i>CABOVERDIANOS</i>				
Agricultura e pesca	23,2	--	1,0	1,4
Indústria transformadora	2,0	3,8	3,6	2,7
Construção civil	18,2	38,2	29,0	26,0
Comércio, restauração, hotelaria, serviços	27,3	24,8	37,8	42,5
Administração pública, saúde, ensino	24,2	5,1	11,4	11,6
Serviço doméstico	5,1	28,0	17,1	15,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>HINDUS</i>				
Agricultura e pesca	1,4	--	--	--
Indústria transformadora	1,4	2,3	1,0	--
Construção civil	1,4	16,3	11,0	4,2
Comércio, restauração, hotelaria, serviços	94,4	75,6	86,0	93,8
Administração pública, saúde, ensino	1,4	3,5	1,0	1,0
Serviço doméstico	--	2,3	1,0	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004

Para os hindus, por sua vez, há a registar o facto, apesar de tudo surpreendente, de 94% deles estarem, antes da vinda, no sector do comércio. Ou seja, os hindus eram já, em Moçambique, uma minoria intermediária plenamente constituída, nos termos em que Portes a tipifica. Isso altera-se, embora apenas parcialmente, com a entrada de uma percentagem significativa de homens na construção civil logo após a chegada, continuando a sua presença noutras actividades a ser mínima.

Com o prolongamento da estadia em Portugal, aqueles que tinham deixado as actividades comerciais vão retornando progressivamente a elas, mostrando que o trabalho na construção civil foi apenas recurso de passagem durante alguns anos para aqueles que, com a migração, não conseguiram assegurar imediatamente a continuidade desejada nesse sector de tradição familiar. Mesmo não deixando de ser assalariados, como vimos no Quadro 1, esses hindus preferem sê-lo no ramo onde se encontra a maioria dos seus co-étnicos do que num ramo “externo”.

Para os caboverdianos, por seu lado, o desenrolar do trajecto migratório traz menor dependência dos ramos de actividade onde as inserções profissionais são frequentemente mais precárias. Sem deixarem de continuar a absorver efectivos importantes, tanto a construção civil como o serviço doméstico vêm o seu peso reduzido, de 38% para 26% no primeiro caso e de 28% para 16% no segundo, a benefício, principalmente, do ramo do comércio, restauração, hotelaria e serviços, mas

também do da administração pública, saúde e ensino. Mesmo que não se possa falar aqui de mobilidade social ascendente, é um sinal de que há, pelo menos, alguma transição de segmentos mais instáveis para segmentos mais estáveis do mercado de trabalho.

A presença residual nos dois restantes ramos de actividade tem significados diferentes. Se a própria localização geográfica dos inquiridos excluía, à partida, que se encontrassem muitos caboverdianos na agricultura, já no que respeita à indústria transformadora era de esperar maior participação. Como outros estudos tinham já mostrado (Gomes, 1999; Machado, 2002a), este é um sector que permanece globalmente fechado à presença de imigrantes africanos.

4. Recomposições nas categorias profissionais

Os últimos indicadores a analisar são os que se referem às categorias profissionais em que caboverdianos e hindus estiveram inseridos desde o período pré-migração até à actualidade (Quadro 3).

A primeira observação a fazer é que estamos, em todos os quatro momentos, perante distribuições de categorias profissionais que configuram estratificações sociais completas. Isso já era visível através da análise da condição perante o trabalho, com a distinção entre patrões, trabalhadores por conta própria e assalariados, as situações na profissão que estão na base das tipologias classistas clássicas.

Quadro 3 Categorias profissionais em 4 momentos da trajectória social (%)

	Dois últimos anos antes da vinda	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
CABOVERDIANOS				
Quadros superiores, prof. intelectuais e científicas, prof. intermédias	8,1	3,2	12,4	18,5
Pessoal administrativo	10,1	1,3	4,1	4,1
Pessoal dos serviços e vendedores	26,3	12,7	16,0	16,4
Empregadas de limpeza	--	7,6	13,9	17,1
Empregadas domésticas	5,1	27,2	17,0	15,1
Agricultores e pescadores	22,2	1,3	1,5	1,4

Operários	10,1	8,9	10,8	4,8
Trabalhadores da construção civil	18,2	38,0	24,2	22,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>HINDUS</i>				
Quadros superiores, prof. intelectuais e científicas, prof. intermédias	13,9	7,0	12,0	12,5
Pessoal administrativo	5,6	7,0	4,0	4,2
Pessoal dos serviços e vendedores	70,8	64,0	71,0	74,0
Empregadas de limpeza	--	1,2	1,0	4,2
Empregadas domésticas	--	2,3	1,0	1,0
Agricultores e pescadores	1,4	2,3	--	1,0
Operários	6,9	0,0	1,0	1,0
Trabalhadores da construção civil	1,4	16,3	10,0	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004

Agora percebem-se os contornos que faltavam nessa estratificação, particularmente no que toca aos recursos em qualificações e autoridade hierárquica associados ao desempenho das diferentes profissões.

Temos, assim, desde os quadros dirigentes, profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias, até aos operários industriais e dos transportes e aos trabalhadores da construção civil, passando pelas categorias “intermédias” do pessoal administrativo, do pessoal dos serviços e vendedores, do qual foram destacadas, por razões analíticas, empregadas de limpeza e empregadas domésticas, e agricultores e pescadores. Em suma, é mais uma confirmação de que, longe de serem realidades socialmente homogéneas, as minorias migrantes têm, geralmente, a sua própria estratificação interna, mais ou menos contrastante com a da população em geral (Machado, 2002a), embora a minoria hindu seja manifestamente menos heterogénea do que a caboverdiana, dado o peso desproporcionado que nela tem a categoria do pessoal dos serviços e vendedores.

Algumas das linhas de continuidade e mudança de composição profissional ao longo do percurso migratório foram já antevistas, indirectamente, através da análise da condição perante o trabalho e, sobretudo, do ramo de actividade. Vale a pena, de qualquer modo, sublinhar algumas delas e chamar a atenção para outras que só agora ficam evidentes.

No que toca aos caboverdianos, o recuo da proporção de trabalhadores da construção civil confirma a saída desse ramo de actividade de uma parte dos imigrantes

que nele estavam de início, embora essa continue a ser uma das categorias profissionais mais comuns. Outro movimento importante é a redução gradual da percentagem de empregadas domésticas em paralelo com o crescimento também gradual do número de empregadas de limpeza em empresas da especialidade. Como veremos a seguir, trata-se de fluxos protagonizados no essencial pelas mesmas pessoas. Os operários industriais e dos transportes, que chegam a ter alguma expressão a meio percurso, são muito poucos em 2004. Finalmente, merece destaque o crescimento gradual dos quadros dirigentes, profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias até um valor de 19% em 2004. São quase todos indivíduos que atingiram níveis de escolaridade elevados já em Portugal, mas que no início do seu trajecto no país desempenharam transitoriamente profissões pouco qualificadas.

Quanto aos hindus, merecem destaque três coisas. A primeira é o crescimento do pessoal dos serviços e vendedores, que já era a categoria profissional largamente maioritária um ano após a chegada. A segunda, é o quase desaparecimento dos trabalhadores da construção civil, que chegaram a ser 16% nessa fase inicial. A terceira é a quase inexistência, em qualquer dos momentos do percurso, de mulheres empregadas domésticas ou empregadas de limpeza. Todos estes traços confirmam que o trajecto colectivo dos hindus em Portugal é, em 20 anos, a história da reconstituição da minoria intermediária que já eram quando deixaram Moçambique.

5. Trajectórias individuais típicas

O que ficou para trás foi uma análise do perfil socioprofissional global das duas populações em estudo, desde o período pré-migração até à actualidade, passando pelos pontos intermédios correspondentes ao primeiro ano após a chegada e ao ano de meio percurso. Dito por outras palavras, observámos a mobilidade estrutural de caboverdianos e hindus ao longo do seu trajecto migratório até ao momento de 2004 em que o inquérito foi realizado.

Se é certo que as linhas de continuidade e mudança em que se desdobrou essa mobilidade estrutural permitem perceber indirectamente o tipo de fluxos de mobilidade

social que tiveram lugar, tal não dispensa a identificação directa dos trajectos individuais concretos.

São esses trajectos que, para concluir, se apresentam no Quadro 4. Trata-se não de uma matriz de mobilidade social clássica, mas de um quadro de caracterização de trajectórias individuais típicas tomando os três momentos do percurso migratório em Portugal. Há, obviamente, alguns casos que não se enquadram em nenhum deles, mas os 8 tipos apresentados (cinco para os caboverdianos, três para os hindus) descrevem os movimentos individuais mais relevantes ao nível da condição perante o trabalho, do ramo de actividade e da categoria profissional.

Do lado caboverdiano, pode ver-se que uma parte dos que eram, em 2004, trabalhadores a tempo inteiro, com contrato, eram, no início da estadia em Portugal, trabalhadores precários, sem contrato. Para esses o prolongamento do tempo de residência trouxe, portanto, uma melhoria da condição perante o trabalho.

Quadro 4 Trajectórias individuais típicas em Portugal (%)

MOMENTO 1 Um ano após a chegada	MOMENTO 2 Ano de meio percurso	MOMENTO 3 2004
CABOVERDIANOS		
<i>Condição perante o trabalho</i>		
Trab. a tempo inteiro (43) Trab. precários (20) Estudantes (21) Outros (16)	Trab. a tempo inteiro (75) Trab. precários (10) Trab. a tempo parcial (8) Outros (7)	Trabalhadores a tempo inteiro (100)
<i>Ramo de actividade</i>		
Construção civil (100)	Construção civil (84) Adm. Pública (7) Comércio e serviços (5) Outros (4)	Construção civil (79) Adm. pública (13) Outros (8)
Serviço doméstico (100)	Serviço doméstico (51) Comércio e serviços (42) Adm. Pública (7)	Comércio e serviços (60) Serviço doméstico (40)
<i>Categoria profissional</i>		
Trabalhadores da construção civil (100)	Trab. construção civil (72) Operários (13) Pes. serv. e vendedores (9) Outros (6)	Trab. construção civil (70) Operários (11) Pes. serv. e vendedores (11) Outros (8)
Empregadas domésticas (100)	Emp. domésticas (50) Emp. de limpeza (30) Pes. serv. e vendedores (18) Outros (2)	Emp. domésticas (35) Emp. de limpeza (41) Pes. serv. e vendedores (21) Outros (3)

HINDUS		
<i>Condição perante o trabalho</i>		
Patrões (32) Trab. conta própria (29) Assalariados (16) Outros (23)	Patrões (84) Trab. conta própria (11) Outros (5)	Patrões (100)
Trab. conta própria (55) Assalariados (19) Tarefas domésticas (13) Outros (13)	Trab. conta própria (83) Assalariados (10) Tarefas domésticas (7)	Trabalhadores por conta própria (100)
<i>Categoria profissional</i>		
Trabalhadores da construção civil (100)	Trab. construção civil (57) Pes. serv. e vendedores (36) Operários (7)	Pes. serv. e vendedores (70) Trab. construção civil (20) Operários (10)

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004

Outros dois tipos de trajecto a merecerem destaque são os dos que trabalhavam, de início, nos ramos da construção civil e do serviço doméstico e que, nos momentos posteriores, transitaram, respectivamente, para a administração pública e outros ramos e para o comércio, restauração e serviços.

O primeiro tipo de trajecto não é muito frequente (79% continuavam na construção civil, em 2004), mas é mesmo assim importante, uma vez que, para os imigrantes africanos em geral e não só, o ramo da construção civil é um onde é fácil entrar mas do qual é difícil sair. Numa análise mais fina, que aqui não é possível, será preciso perceber porque é que muitos imigrantes ficam confinados a esse ramo até ao fim da sua vida profissional, mas uma minoria consegue libertar-se dele num determinado momento do percurso e passar a trabalhar, por exemplo, para uma autarquia local ou nos CTT. O segundo tipo, pelo contrário, é bastante comum. Das mulheres que começaram por trabalhar no serviço doméstico, a maioria (60%) já nele não estava em 2004 e uma boa parte tinha saído desse ramo de actividade a meio do percurso. Tendo em conta a maior precariedade relativa do serviço doméstico, a transição para situações mais estáveis parece mais fácil no feminino.

Os dois últimos trajectos-tipo de caboverdianos constituem a confirmação, na óptica das categorias profissionais, do que acabou de se dizer. Dos trabalhadores da construção civil no momento primeiro, 30% tinham deixado de o ser aquando do inquérito e das empregadas domésticas iniciais só 35% ainda o eram no fim do percurso,

tendo as restantes passado a empregadas de limpeza e outras profissões do grupo do pessoal de serviço e vendedores.

Os trajectos-tipo de hindus são em menor número porque, como se disse antes, é uma população menos heterogénea na sua composição e percurso. É muito relevante em todo o caso perceber como é que se constituem as categorias dos patrões e dos trabalhadores por conta própria, largamente maioritárias no momento do inquérito. Assim, desses patrões e trabalhadores por conta própria, só 32% e 55% o eram, respectivamente, no início da estadia em Portugal. O acesso a essas duas categorias deu-se, frequentemente, a partir de situações iniciais de assalariamento, mas também de situações externas à população economicamente activa, por exemplo, pessoas que desempenhavam apenas tarefas domésticas. O último caso a merecer atenção é o dos que, inicialmente, foram trabalhadores da construção civil, dos quais só 20% ainda o eram quando responderam ao inquérito. A facilidade com que deixaram essa categoria profissional em nada se assemelha ao que se passa com os caboverdianos, para os quais essa saída é bem mais difícil.

6. Notas finais

Analisados os dados disponíveis, pode dizer-se, voltando às questões formuladas no início do texto, que caboverdianos e hindus têm percorrido dois caminhos bem distintos de integração social e que o caminho dos segundos é mais directo e seguro do que o dos primeiros.

Em síntese, os indianos hindus constituem um exemplo do que Portes (*op. cit.*) designa por “minoría intermediária”, algo que já eram em Moçambique imediatamente antes da vinda para Portugal, que nos primeiros anos cá fica parcialmente comprometido, mas rapidamente se reconstitui. Os que tiveram de deixar as actividades comerciais regressam a elas logo que podem e delas já não voltam praticamente a sair. Embora ocupem, como refere Portes, segmentos do comércio desprivilegiados, essa condição intermédia significa que são mais contínuos do que contrastantes com a população em geral, tendo portanto um bom nível de integração social. Resta saber quais serão as condições de reprodução futura de um tal lugar no contexto da sociedade e da economia

portuguesas. Nesse sentido, seria interessante observar, desde já, o perfil da “segunda geração” hindu, realidade invisível e desconhecida, o que aliás é uma boa prova dessas continuidades sociais, e saber se esses jovens têm as “oportunidades médias” de mobilidade social que Portes diz terem os membros das minorias intermediárias em geral.

Quanto aos caboverdianos, com exceção da pequena elite económica e profissional que nada tem a ver com o perfil dos imigrantes laborais, também se pode dizer que encaixam num dos tipos de incorporação identificados por Portes, o das minorias imigrantes do “2º sector”, isto é, aquelas cujos membros estão predominantemente situados nos segmentos secundários e instáveis do mercado de trabalho.

A via da integração aqui não passa por fluxos de mobilidade ascendente no sentido forte da palavra, isto é, mobilidade de longo alcance, envolvendo aumento substancial de recursos. De facto, como prevê a tipologia portesiana, esses são casos pontuais. O que há, sim, em muitos casos, é uma mobilidade “horizontal” de segmentos mais precários para segmentos mais estáveis do mercado de trabalho. Não se tratando propriamente de entradas para lugares garantidos, qualificados, bem remunerados, característicos do chamado mercado de trabalho primário, não deixa ainda assim de representar, no contexto português, alguma promoção social.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.) *Portugal - 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Amaro, Rogério Roque (1985), *Caracterização dos Caboverdianos Residentes em Portugal, a partir dos Dados do Recenseamento de 1981*, Lisboa, policopiado.
- Amaro, Rogério Roque (1986), "Mercado de trabalho e franjas marginalizadas - o caso dos imigrantes caboverdianos", in *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, II Conferência do C.I.S.E.P., volume II, Instituto Superior de Economia.
- Ávila, Patrícia e Mariana Alves (1993), "Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, 150.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Bastos, José Gabriel Pereira e Susana Pereira Bastos (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- Costa, Alfredo Bruto da e Manuel Pimenta (coord.) (1991), *Minorias Étnicas Pobres em*

- Lisboa, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã.
- Casa do Brasil (2003), *A 2ª Vaga de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003). Estudo de Opinião a Imigrantes Residentes nos Distritos de Lisboa e Setúbal*, Lisboa, Casa do Brasil e ACIME.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento.
- Esteves, Maria do Céu (org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- França, Luís de (coord.), Ana de Saint-Maurice, Isabel Guerra, Jeremias de Carvalho, João Lopes e Rogério Roque Amaro (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Gomes, Isabel Brigham (coord.) (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.
- Luvumba, Felícia Marta (1997), *Minorias Étnicas dos PALOP Residentes no Grande Porto. Estudo de Caracterização Sociográfica*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Machado, Fernando Luís (2002a), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Machado, Fernando Luís (2002b), “Guineenses no mercado de trabalho: entre a homogeneidade e a diferenciação”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada - mudanças estruturais e mobilidade social", in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri.
- Marques, Margarida, Catarina Reis Oliveira e Nuno Dias (2002), “Empresários de origem imigrante em Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2.
- Peixoto, João (2002), “Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2.
- Perista, Heloísa e Manuel Pimenta (1993), "Trajectórias profissionais e inserção laboral dos imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa" in *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Pires, Rui Pena (1999), “Imigração”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume V, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pires, Rui Pena (2002), “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.
- Saint-Maurice, Ana de e Rui Pena Pires (1989), "Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11.
- Saint-Maurice, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.